

Governo faz exigências para negociar dívidas dos estados

Governadores terão de se comprometer a não contratar servidores

por Alexandre Pinheiro
de Brasília

O governo quer o compromisso de que não haverá novas contratações de servidores públicos como contrapartida para o acordo de renegociação das dívidas estaduais. "A idéia é proibir novas contratações", disse ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Ele afirmou também que não será concedido nenhum desconto sobre as dívidas mobiliárias. "O governo não cogita de perdão parcial das dívidas", disse, em resposta à reivindicação dos quatro estados mais endividados — São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais — que, na quarta-feira, defenderam um desconto de 30% dessas dívidas.

Parente afirmou que o governo federal não pode



Pedro Parente

proibir novas contratações de servidores, mas pode exigir contrapartidas uma vez que entrará com recursos para o ajuste das finanças estaduais. Outras exigências que devem fazer parte do acordo são a proibição de novas contratações de Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO) e

de emissão de títulos da dívida mobiliária durante o refinanciamento.

Para os gastos com pessoal, o governo federal quer também "regras rígidas" para reajustes salariais, além do compromisso de não haver novas contratações. Parente admitiu que as eleições municipais do próximo ano podem levar a uma pressão sobre os gastos, mas disse que "é impossível gastar o que não se tem".

O secretário informou que o programa em elaboração inclui metas e medidas para a redução de despesas e a privatização de empresas. No caso de Minas Gerais, que, segundo Parente, já apresentou uma proposta bastante avançada, o governo pode fazer um "pré-acordo" antes dos demais.

Parente ressaltou, entretanto, que o refinanciamen-

to das dívidas é um programa de transição e que somente a reforma administrativa pode solucionar definitivamente a crise fiscal dos estados. "Vai chegar o ponto em que os estados existirão apenas para pagar seus funcionários", previu Parente, referindo-se ao crescimento vegetativo das folhas de pagamento do funcionalismo estadual. "Se não pode mandar embora, não pode reduzir salário e não pode por em disponibilidade, como é que resolve?", questionou, defendendo a reforma.

Com relação ao refinanciamento das ARO, Parente confirmou que o governo estuda, entre várias opções, usar recursos dos compulsórios recolhidos pela Caixa Econômica Federal (CEF) ao Banco Central, do Fundo de Amparo ao Trabalhador ou capitações externas.